



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2026
REGISTRO DE PREÇOS
Processo sistema 556/2026
Processo Administrativo n° 7.145/2026
Aplicação Lei nº 14.133/2021

Tipo de julgamento: Menor Preço por LOTE
Modo de disputa: Aberto

O **Município de Canguçu**, Estado de Rio Grande do Sul, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 88.861.430/0001-49, com sede na cidade de Canguçu-RS, na Rua Júlio de Castilhos, 941, centro, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR PREÇO DO LOTE**", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Municipal nº 143/2026, conforme condições estabelecidas no presente Edital. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA

O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (ON-LINE): **do dia 13 de maio de 2026 ao dia 26 de maio de 2026 até às 08 horas.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS (ON-LINE): **às 09h 00min do dia 26 de maio de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (LANCES): **às 09h 10min do dia 26 de maio de 2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações)** da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br, - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Canguçu, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br.

2 - DO OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza e afins para uso nas diversas secretarias do Município de Canguçu, de acordo com as especificações e quantidades estimadas conforme tabela abaixo e no Termo de Referência (anexo I) deste edital.

LOTE	ITEM	QTDE	UN	CÓD.	DESCRIÇÃO	Valor de referência máximo unitário R\$
1	1	261,00	un	72938	BALDE OVAL PARA MOP MULTIUSO, CAPACIDADE: 14 LITROS, DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE 42,5 CM X 31 CM X 35 CM, MATERIAL: FEITO DE COPOLÍMERO, UMA MISTURA DE	53,89



					POLIPROPILENO COM ADITIVOS. ACOMPANHA ESPREMEDOR.	
2	1	1.452,00	par	72939	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PRODUZIDA EM LATEX. TAMANHO M.	7,07
3	1	2.520,00	par	72940	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PRODUZIDA EM LÁTEX. TAMANHO G.	7,96
4	1	462,00	cx	72941	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO. TAMANHO M EMBALAGEM COM 100UN.	39,00
5	1	350,00	cx	72942	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO. TAMANHO G. EMBALAGEM COM 100 UN.	45,00
6	1	1.033,00	un	72943	ODORIZADOR DE AMBIENTES AEROSOL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, PERFUME DURADOURO POR ATÉ 1H, FRASCO COM NO MÍNIMO 360ML.	18,00
7	1	609,00	un	72944	PANO BRANCO ALVEJADO PARA CHÃO. MEDINDO NO MÍNIMO 60CMX80CM.	5,12
8	1	4.331,00	far	72945	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA, NEUTRO, 60 M X 10 CM, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 32 ROLOS.	138,00
9	1	710,00	un	72946	PANO ATOALHADO BRANCO 65CM COMPRIMENTO, 45 CM DE LARGURA.	8,42
10	1	849,00	far	72947	PAPEL HIGIÊNICO (FOLHA SIMPLES) 60 MT, FARDO COM 64 ROLOS.	70,88
11	1	6.742,00	far	72948	PAPEL TOALHA INTER-FOLHA 2 DOBRAS BRANCO. PACOTE COM 1000 TOALHAS, SEPARADAS EM 4 PACOTES PLÁSTICOS DE 250 FOLHAS CADA.	30,04
12	1	745,00	un	72949	LAVA ROUPAS SUPER CONCENTRADO EM PÓ, COM ALVEJANTES, PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDOS, COMPOSTO DE ALQUIBENZENO, SULFATO, TRIPOLIFOSFATO, SILICATO E CARBONATO DE CÁLCIO, SÓDIO, CARBOXILMETILCELULOSE SÓDICA, ELIMINADOR BACTERICIDA DE GERMES, FUNGOS E VÍRUS, COM PIGMENTO AZUL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4 KG.	9,35



13	1	621,00	un	72950	SAPONÁCEO CREMOSO, REMOVE 100% DA SUJEIRA DIFÍCIL, FÓRMULA COM MICROPARTÍCULAS DE ORIGEM NATURAL QUE LIMPAM, SEM RISCAR EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250ML.	9,64
14	1	500,00	un	72951	CERA LÍQUIDA INCOLOR. EMBALAGEM DE 750 ML.	17,14
15	1	447,00	un	59973	LIMPA VIDRO, COM GATILHO, EMBALAGEM DE 500ML	9,79
16	1	384,00	un	72952	TRINCHA PARA HIGIENIZAÇÃO - TIPO DE MATERIAL DAS CERDAS: FILAMENTO SINTETICO FLORADO, DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO COM CABO: 21 CM, LARGURA: 18 CM, ALTURA: 7,5 CM.	16,75
17	1	43,00	un	68919	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS	193,43
18	1	114,00	un	72953	TAPETE ANTIDERRAPANTE, TAMANHO 60X40 CM.	45,36
19	1	2.265,00	un	72954	AGUA SANITARIA GALÃO DE 5 LT.	15,40
20	1	2.292,00	gal	72955	DESINFETANTE BACTERICIDA, CONCENTRADO, GALÃO DE 5 LT, LAVANDA E PINHO.	19,40
21	1	721,00	un	72956	ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE: USO PARA LIMPEZA DE VASO SANITARIO, CABO, BASE E SUPORTE DE POLIPROPILENO, CÉRDAS DE NYLON SINTÉTICO OU POLIPROPILENO COM COMPRIMENTO MÍNIMO (SALIENTE) DE 12 CM E ESPESSURA MÉDIA DE 0,60MM COM FIXAÇÃO FIRME E RESISTENTE AO CABO. CABO: ALTURA NO MÍNIMO 18 CM.	13,90
22	1	702,00	un	72957	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA, DUPLA FACE, MULTIUSO, EMBALAGEM COM 03 UNIDADES.	6,80
23	1	2.038,00	un	72958	LAVA LOUÇAS NEUTRO, LÍQUIDO, BIODEGRADAVEL, REGISTRADO NA ANVISA, TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE. OBS: ESSAS INFORMAÇÕES DEVEM ESTAR CONTIDAS NO RÓTULO. EMBALAGEM PLÁSTICA 500 ML.	2,96
24	1	389,00	un	72959	PÁ EM POLIPROPILENO PARA RECOLHER LIXO COM CABO.	8,80
25	1	642,00	un	72960	FLANELA 100% ALGODÃO: PARA LIMPEZA, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. CORES: BRANCA OU LARANJA. COM BAINHA.	4,25



					MEDIDAS APROXIMADAS: ENTRE 28CM X 40 CM A 30 CM X 48 CM.	
26	1	2.106,00	pct	72961	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 75 X 105 CM. CAPACIDADE DE 100 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	26,43
27	1	4.175,00	pct	72962	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 59 X 62 CM. CAPACIDADE DE 30 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	35,25
28	1	2.225,00	pct	72963	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 63 X 80 CM. CAPACIDADE DE 50 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO	26,46



					COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	
29	1	778,00	pct	72964	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 59 X 62 CM. CAPACIDADE DE 15 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	62,72
30	1	115,00	rol	72965	PANO MULTIUSO (TIPO PERFEX), CONSTITUÍDO DE NA-TECIDO 100% VISCOSE E LÁTEX SINTÉTICO, COM AGENTE BACTERIOSTÁTICO; ROLO CONTENDO 30M, MEDINDO 60 CM DE COMPRIMENTO, PICOTADO A CADA 50 CM, GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M².	24,85
31	1	1.600,00	un	72966	ÁLCOOL 70% 1 LT.	13,00
32	1	320,00	gal	72967	AMACIANTE DE ROUPA 5 LT.	14,87
33	1	470,00	pct	72968	SABÃO BARRA C/ 5 UNIDADE - SABÃO EM PEDRA, GLICERINADO, NEUTRO, MULTIUSO, EM BARRA DE 200 G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO EM PACOTES COM 5 UND, COMPOSIÇÃO: SEBO BOVINO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, BRANQUEADOR ÓTICO, AGUA, CARGAS, SEQUESTRANTES E CORANTES.	15,99
34	1	731,00	gal	72969	SABONETE LÍQUIDO, EMBALAGEM 5 LT.	18,39
35	1	860,00	pct	72972	PASTILHA SANITÁRIA ADESIVA. CAIXA CONTENDO 03 UNIDADES,	8,66



					DURAÇÃO DE ATÉ 390 DESCARGAS, FRAGRÂNCIAS FLORAL, CITRUS OU LAVANDA.	
36	1	273,00	un	72973	BALDE REFORÇADO 20 LITROS, ALÇA EM AÇO INOXIDÁVEL.	23,30
37	1	900,00	un	72974	BALDE DE LENÇOS UMEDECIDOS DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA, SEM ÁLCOOL, BALDE COM NO MÍNIMO 400 UNIDADES.	24,80
38	1	263,00	un	72975	LIXEIRA PLASTICA EM POLIPROPILENO, TIPO CESTO. CAP 10 LT.	20,00
39	1	210,00	un	27441	CABO PARA VASSOURA	10,24
40	1	152,00	un	72636	REFIL PARA MOP FLAT	26,98
41	1	145,00	un	72635	MOP FLAT ESFREGAO RODO E BALDE MULTIUSO.	138,35
42	1	574,00	un	72621	PANO DE PRATO COM BAINHA 40CM X 70 CM, TRAMA REFORÇADA.	6,29
43	1	586,00	un	72976	VASSOURA DE NYLON COM PONTA DESFIADA TIPO NOVIÇA COM 25 CM DE COMPRIMENTO. CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO COM ALTURA: 1,30 M; LARGURA: 5,00 CM; COMPRIMENTO: 23CM.	19,30
44	1	195,00	un	72977	BALDE COM CENTRÍFUGA ACOPLADA (TIPO MOP) COM ESFREGÃO: BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM DOIS COMPARTIMENTOS E SISTEMA DE ROTAÇÃO (VÁLVULA DE DESÁGUE/CENTRÍFUGA) PARA REMOVER O EXCESSO DE ÁGUA DO ESFREGÃO, COM ALÇA PARA TRANSPORTE. BALDE COM CAPACIDADE MÍNIMA EM USO DE 08 LITROS E CAPACIDADE TOTAL DE NO MÍNIMO 15 L, CENTRÍFUGA DE METAL DE ALTA RESISTENCIA. O CABO DEVE SER ARTICULADO EM ATÉ 90° E AJUSTÁVEL TIPO TELESCÓPIO QUE ESTENDIDO DEVE ALCANÇAR NO MÍNIMO 120 CM. DEVE ACOMPANHAR NO MÍNIMO 02 REFIS ACOPLÁVEIS.	159,90
45	1	370,00	un	60010	REFIL PARA BRUXA, COMPOSIÇÃO: FIBRAS 100% ALGODÃO	29,63
46	1	100,00	pct	72978	ABSORVENTE HIGIÊNICO ÍNTIMO: FEMININO, DESCARTÁVEL, DE USO EXTERNO, TAMANHO E	5,79



					ESPESSURA NORMAL, SEM ABAS, HIPOALERGÊNICO, FORMATO ANATÔMICO, COM ABSORÇÃO EFICIENTE E BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, CONSTITUÍDO POR CAMADA PROTETORA MACIA E IMPERMEÁVEL, COM LINHAS ADESIVAS. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: PAPEL, CELULOSE, POLIPROPILENO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, POLIETILENO, PACOTE COM NO MÍNIMO 08 (OITO) UNIDADES.	
47	1	100,00	pct	72979	APARELHO DE BARBEAR: COM 02 (DUAS) LÂMINAS PARALELAS, EM AÇO INOXIDÁVEL; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE; COM FITA LUBRIFICANTE; EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	7,43
48	1	10,00	un	72980	CABO EXTENSOR TELESCÓPIO, MÍNIMO 1,6 M E MÁXIMO 3 M - PARA RODOS, VASSOURAS, PINTURA, MULTIFUNÇÕES.	59,13
49	1	200,00	un	72981	CONDICIONADOR COM ÓLEO DE ARGAN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 325 ML.	16,07
50	1	100,00	un	72982	CREME DE PENTEAR, ANTIFRIZZ, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML.	13,80
51	1	100,00	un	72983	CREME DENTAL: CONTER APENAS OS COMPOSTOS DE FLÚOR NA FORMULAÇÃO ACEITOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INDICAR NO RÓTULO A CONCENTRAÇÃO EM PPM DE FLÚOR, O RESPONSÁVEL TÉCNICO E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: TUBO DE PLÁSTICO FLEXÍVEL COM NO MÍNIMO 70 (SETENTA) GRAMAS, DEVERÁ CONTER O PRAZO DE VALIDADE.	8,65
52	1	150,00	un	72984	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE FEMININO AEROSOL, COM NO MÍNIMO 72H DE PROTEÇÃO, SEM ÁLCOOL, DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO,	12,65



					FRASCO COM NO MÍNIMO 150ML/90G.	
53	1	150,00	un	72985	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE MASCULINO AEROSOL, COM NO MÍNIMO 72H DE PROTEÇÃO, SEM ÁLCOOL, DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, FRASCO COM NO MÍNIMO 150ML/90G.	12,65
54	1	70,00	pct	72986	ESPONJA DE AÇO COM 08 UNIDADES, PESO MÍNIMO DO PACOTE DE 60 G, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	5,18
55	1	500,00	pct	72987	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM G (PACOTE COM NO MÍNIMO 44 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA - COM INDICADOR DE UMIDADE - COM ALOE VERA.	74,94
56	1	500,00	pct	72988	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM M; (EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES). TEXTURA SUAVE QUE EVITA A IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA, CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA - COM INDICADOR DE UMIDADE - COM ALOE VERA.	74,94
57	1	500,00	pct	72989	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM P (PACOTE COM NO MÍNIMO 62 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	82,94
58	1	2.000,00	pct	72990	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XG (PACOTE COM NO MÍNIMO	74,94



					42 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	
59	1	2.000,00	pct	72991	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XXG (PACOTE COM NO MÍNIMO 36 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	43,36
60	1	50,00	un	72992	HASTES FLEXÍVEIS: COM PONTAS DE ALGODÃO. ANTIGERME. EMBALAGEM COM 150 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	4,39
61	1	50,00	un	72993	INSETICIDA AEROSOL - INSETICIDA COM PROTEÇÃO CONTÍNUA DE 12 HORAS CONTRA MOSCAS, MOSQUITOS E BARATAS, COM TRAVA DE SEGURANÇA ESPECIAL PARA CRIANÇAS, USO DE AGUA COMO SOLVENTE, COM FRASCO EM AÇO RECICLÁVEL/ECOLÓGICO CONTENDO NOME DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE POR NO MÍNIMO DE 02 ANOS E QUE NÃO CONTENHA CLOROFLUORCARBONO. EMBALAGEM 380 ML.	19,49
62	1	200,00	gal	72994	LAVA ROUPAS LÍQUIDO CONCENTRADO, GALAO DE 7 L.	19,04
63	1	30,00	un	72995	LIXEIRA 20L TUBULAR COM PEDAL E TAMPA: COLETOR DE LIXO COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 20L COM PEDAL E TAMPA, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO ELETRO GALVANIZADO COM TAMPA E	186,02



					PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, PARA RESÍDUO COMUM.	
64	1	30,00	un	72996	LIXEIRA 40L TUBULAR COM PEDAL E TAMPA: COLETOR DE LIXO COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 40L COM PEDAL E TAMPA, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO ELETRO GALVANIZADO COM TAMPA E PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, PARA RESÍDUO COMUM.	302,70
65	1	10,00	un	72997	MANGUEIRA DE JARDIM ANTITORÇÃO COM PAREDE REFORÇADA E ESGUICHO E UNIÃO ADAPTADOR DE TORNEIRAS ACOPLADOS (MANGUEIRA LARANJA 50 METROS).	159,40
66	1	150,00	un	72998	MOP MULTIUSO, TIRAS AMARELAS COM CABO, PRODUZIDO COM 70% VISCOSE E 30% POLIESTER, NÃO SOLTA FIAPOS.	59,67
67	1	100,00	un	72999	NAFTALINA, REPELENTE PARA TRAÇAS E BARATAS, EMBALAGEM: PACOTE COM NO MÍNIMO 30 GR.	4,58
68	1	100,00	un	73000	PANO DE PRATO ATOALHADO, FELPUDO, ESTAMPAS DIVERSAS, 100% ALGODÃO, MEDIDAS MÍNIMAS 65CM X 40CM.	6,08
69	1	50,00	pct	73001	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA PACOTE COM 12 UNIDADE.	5,98
70	1	50,00	pct	73003	PRENDEDOR DE ROUPA TRADICIONAL: CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COM MOLA INTERNA DE METAL. EMBALAGEM: PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.	3,63
71	1	50,00	un	73004	SABONETE CREMOSO PARA HIGIENIZAÇÃO DE MÃO PERFUMADO: FRAGRÂNCIA: ERVA DOCE, SABONETE LÍQUIDO VISCOSO, PEROLADO, HIDRATANTE, COM EMOLIENTES E UMECTANTES, TIPO PEROLADO E COM AÇÃO ANTISÉPTICA, PH NEUTRO (ENTRE 6,0 E 6,5), PERFUME SUAVE E PRONTO USO. REGISTRO NO MS OU EM OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE E FICHA DE SEGURANÇA/TECNICA, LAUDO MICROBIOLÓGICO.	27,49



					DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. EMBALAGEM CONTENDO 01 LITRO.	
72	1	500,00	un	73005	SABONETE EM BARRA, SUAVE, AROMAS VARIADOS, COM REGISTRO NA ANVISA, ASPECTO FÍSICO SÓLIDO, PARA HIGIENIZAÇÃO. EMBALAGEM MÍNIMA DE 90G.	3,85
73	1	200,00	un	73006	SHAMPOO COM ÓLEO DE ARGAN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 325ML - USO ADULTO.	17,79
74	1	100,00	un	73007	TALCO ANTISSÉPTICO PARA OS PÉS, CANFORADO, EMBALAGEM COM 100GR. COMPOSIÇÃO: AMIDO DE MANDIOCA, ESTEARATO DE ZINCO, CARBONATO DE MAGNÉSIO, ÁCIDO BÓRICO, FENOLSULFONATO DE ZINCO, AEROSUL, ÁCIDO BENZÓICO, ÁCIDO SASILÍCILICO, ÁCIDO UNDECILÊNICO E FRAGRÂNCIA.	15,96
75	1	50,00	un	73008	TOALHA DE BANHO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA. TAMANHO MÍNIMO DE 70CM X 140 CM.	52,90
76	1	80,00	un	73009	TOALHA DE ROSTO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE ENTRE 301G/M2, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, MEDINDO NO MÍNIMO 40X70CM. CORES DIVERSAS.	16,91
77	1	100,00	pct	73010	TOUCA SANFONADA TNT, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	14,56
78	1	104,00	un	73011	VASSOURA DE PÊLO SINTÉTICO, BASE DE MADEIRA ENVERNIZADA MEDINDO 40CM X 4,5 CM, MÍNIMO DE 4 FILEIRAS DE PÊLOS SINTÉTICOS E CABO DE MADEIRA MEDINDO 130 CM DE COMPRIMENTO.	21,38
79	1	200,00	un	3341	LUSTRA MOVEIS - EMBALAGEM C/ 200 ML.	8,69
80	1	100,00	gal	73012	CORO EM GEL - GALÃO DE 5 L.	38,39
81	1	54,00	un	73013	REFIL PARA BRUXA, MATERIAL SOFT.	12,93
82	1	595,00	un	73014	PANO MULTIUSO 50CMX30CM - 5UN.	10,24



83	1	500,00	pct	78509	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XXXG (PACOTE COM NO MÍNIMO 36 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA	40,82
84	1	500,00	un	78510	LIMPADOR PERFUMADO CONCENTRADO DE AMBIENTES, AROMAS DIVERSOS (FLOR DE FIGO, AMEIXA DOURADA, CHÁ BRANCO), CONTEÚDO MÍNIMO DE 120ML.	9,96
85	1	300,00	un	78511	ESFREGÃO DE AÇO, IDEAL PARA LIMPEZA PESADA, COM NO MÍNIMO 10G	2,75
86	1	200,00	un	78512	ESCOVA DE DENTE, EXTRA MACIA, CORES DIVERSAS, MATERIAL DAS CERDAS EM NYLON E DO CABO EM PLÁSTICO	6,10
87	1	10,00	un	78513	ESCADA DE ALUMINIO DE USO DOMÉSTICO COM 3 DEGRAUS SUPORTA ATÉ 120 KG	112,85
Valor estimado total R\$ 2.056.373,38						

Observação:

2.2. A licitação será realizada com 87 lotes.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico através do site www.bll.org.br.

3.2 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente através do endereço eletrônico www.bll.org.br.

3.2.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.2.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da



abertura do certame.

3.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

3.7 Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

3.8 Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico Pessoas Jurídicas interessadas que atendam ao solicitado neste edital; Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, classificados como tal nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 5.2, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.2 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão diretamente ou à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento, que poderá ser feito através do site www.bll.org.br.

5.3 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Canguçu-RS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.4 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.5 Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

5.5.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.5.2 O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil comdirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



6 - CREDENCIAMENTO

6.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br

6.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil -BLL;

6.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

6.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097.4600 ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões**, pelo site: www.bll.org.br.

7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes vencedores encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema (enviar anexo)**, proposta com a descrição do objeto licitado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

7.2 Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

7.2.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.3.1 Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irretroatável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.3.2 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

7.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.6 Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

a) A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital.

7.7 A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação.

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de



quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total do lote (serão aceitos 02 dígitos após a vírgula), marca.

8.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Promitente Contratada.

8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos materiais.

8.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1 O lance deverá ser ofertado pelo menor valor unitário do lote.

9.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7 Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de **R\$ 0,01 (um centavo)** entre os lances.

9.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, podendo o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

9.8 Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

9.8.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.8.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.8.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública



encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.8.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.8.6 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.8.7 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, junto a plataforma BLL

9.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta forempresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

9.15 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.16 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.17 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.20 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

9.21 Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

9.21.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de



controle.

9.21.2 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e bens produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21.3 As regras previstas no item 9.21.2 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.22 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.23 É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

9.24 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.24.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.24.2 Serão desclassificadas as propostas que:

a) - contiverem vícios insanáveis;

b) - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.24.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a serviços e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.24.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.24.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.24.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.24.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.24.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.24.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.24.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a



negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.24.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.24.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.25 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – DA FASE DE LANCES

10.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a BLL a documentação abaixo, em original ou por cópia autenticada por tabelião, funcionário público municipal ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, contados a partir da data da recepção do arquivo. No caso de cópia autenticada, toda documentação deverá estar perfeitamente legíveis.

11.1.1 Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.1.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

11.2.1 A consulta ao Cadastro acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.3 Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados neste item (11)

11.3.1 O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri- los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.

11.4 Constituem motivos para inabilitação do licitante:

11.4.1 a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

11.4.2 a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.3 o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

11.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de



documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.5.3 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.6 Habilitações Jurídicas

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.7 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas Pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese das certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:
 - c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;
 - c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;
 - c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- f) Certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante e, **no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade**, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação e proposta;

11.8 DECLARAÇÕES

11.8.1 Declaração Unificada conforme modelo **(ANEXO III)**.

11.9 COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE ME/EPP, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação:

11.9.1 Cópia da Declaração de Enquadramento emitida por órgão responsável ou declaração do contador da empresa devidamente autenticados ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial, caso a empresa se tratar de ME ou EPP.

11.9.1.1 Para se valer dos benefícios da Lei nº 123/2006, a empresa deverá apresentar Declaração de Enquadramento ou declaração do contador da empresa devidamente autenticadas ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial.

11.10 A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.11 Os licitantes enquadrados na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua



regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014.

11.12 Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

11.13 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

11.14 Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital, para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br, prevalecerá o primeiro.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

12.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (a empresa e o representante legal deverão estar devidamente identificados) preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente.

12.1.2 Conter descrição completa do lote, quantidade, unidade de medida, valor unitário (serão aceitos 02 dígitos após a vírgula) e marca.

12.1.3 O pregoeiro poderá exigir juntamente com a proposta ajustada folheto, prospecto ou ficha técnica do produto cotado.

12.1.4 O prazo de 02 (duas) horas poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo.

12.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Promitente Contratada, se for o caso.

12.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam sob responsabilidade da Promitente Contratada.

12.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12.8 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

12.8.1 A fase de habilitação se dará posterior a fase de lances e julgamento portanto será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro ao licitante vencedor, sob pena de inabilitação. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante,



formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo, anexadas todas em um arquivo somente, denominado dentro da plataforma BLL como “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES”.

12.8.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

12.8.2 A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no item 11 (HABILITAÇÃO) deste edital, em um único arquivo denominado na BLL como “**Documentos Complementares**”.

12.8.2.1 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.8.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13. - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1 Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema da BLL que irá adiantar a fase do processo no sistema, de **habilitação para em adjudicação**, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, da BLL, no prazo de **30 (trinta) minutos**.

13.1.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer.

13.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item 13.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.

13.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.1.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Pesquisas, Compras, Licitações e Contratos, da Prefeitura Municipal de Canguçu, sito à Rua Silva Tavares nº 1210, Centro, Canguçu – RS, ou por meio de protocolo eletrônico.

13.1.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente como recurso.

14 DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.2 A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

14.2 Será registrado o menor preço por lote.

14.3 A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.4 É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.



15 INEXEÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

15.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

15.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 O descumprimento, por parte da PROMITENTE CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Canguçu o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

15.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

15.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

15.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

15.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Canguçu poderá aplicar à PROMITENTE CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

15.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

15.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

15.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

15.8.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

15.8.2 a pedido do fornecedor;

15.8.3 descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.8.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.8.5 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

15.8.6 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

16 DA REVISÃO DE PREÇOS

16.1 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

16.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

16.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

16.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência



de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso. 16.5 Na hipótese de a PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

16.6 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021.

16.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

17 RECUSA DA CONTRATAÇÃO

17.1 Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

17.2 A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

17.3 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega dos materiais.

18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.1.1 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

18.1.2 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

18.2 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

19 DAS PENALIDADES E MULTAS

19.1 Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à Promitente Contratada:

19.1.1 Advertência;

19.1.2 Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;

19.1.3 Impedimento de licitar e contratar;

19.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.1.5 O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

19.1.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



19.1.7 A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.1.8 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.

19.1.9 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 19.1. As sanções previstas nos itens 19.1.1, 19.1.3. e 19.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 19.1.2, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

19.2 Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

20 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

20.1 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

22.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente através do site da BLL.

20.1.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (em original ou por cópia autenticada por tabelião, funcionário público municipal ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

20.1.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

20.1.4 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.1.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.1.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.1.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.1.8 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

20.2 A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

20.3 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

20.4 A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

20.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

20.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

21 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

21.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Canguçu o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

21.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

21.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.



21.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

21.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Canguçu.

22 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de formadireta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o edital em questão do presente pregão eletrônico pode ser obtidos até 03 (três) dias úteis antes da data marcada à sessão pública exclusivamente através da plataforma BLL.

23.2 Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

23.3 O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões do pregoeiro independente da equipe de apoio.

23.4 As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

23.5 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

23.6 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a rege.

23.7 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.

23.8 À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

23.9 A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

23.10 Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

23.11 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

23.12 Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão



publicados www.bll.org.br

São anexos deste edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTAS

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Canguçu, 08 de maio de 2026.

ARION LUIZ BORGES BRAGA
PREFEITO DE CANGUÇU





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [...]

Município de Canguçu

Secretaria Municipal da Fazenda, Orçamento, Controle, Gestão Tributária e Fiscal

Objeto da contratação: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza e afins para uso nas diversas secretarias do Município de Canguçu

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza e afins, através do Sistema de Registro de Preços, para uso nas diversas secretarias do Município de Canguçu. Os bens possuem natureza de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As atas deverão ter vigência de 12 meses, podendo ser prorrogadas por igual período.

LOTE	ITEM	QTDE	UN	CÓD.	DESCRIÇÃO	Valor de referência máximo unitário R\$
1	1	261	un	72938	BALDE OVAL PARA MOP MULTIUSO, CAPACIDADE: 14 LITROS, DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE 42,5 CM X 31 CM X 35 CM, MATERIAL: FEITO DE COPOLÍMERO, UMA MISTURA DE POLIPROPILENO COM ADITIVOS. ACOMPANHA ESPREMEDOR.	53,89
2	1	1452	par	72939	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PRODUZIDA EM LATEX. TAMANHO M.	7,07
3	1	2520	par	72940	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PRODUZIDA EM LÁTEX. TAMANHO G.	7,96
4	1	462	cx	72941	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO. TAMANHO M EMBALAGEM COM 100UN.	39,00
5	1	350	cx	72942	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO. TAMANHO G. EMBALAGEM COM 100 UN.	45,00
6	1	1.033	un	72943	ODORIZADOR DE AMBIENTES AEROSOL, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, PERFUME DURADOURO POR ATE 1H, FRASCO COM NO MÍNIMO 360ML.	18,00
7	1	609	un	72944	PANO BRANCO ALVEJADO PARA CHÃO. MEDINDO NO MÍNIMO 60CMX80CM.	5,12
8	1	4.331	far	72945	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA DUPLA, NEUTRO, 60 M X 10 CM, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 32 ROLOS.	138,00
9	1	710,00	un	72946	PANO ATOALHADO BRANCO 65 CM COMPRIMENTO, 45 CM DE LARGURA.	8,42
10	1	849	far	72947	PAPEL HIGIÊNICO (FOLHA SIMPLES) 60 MT, FARDO COM 64 ROLOS.	70,88
11	1	6.742	far	72948	PAPEL TOALHA INTER-FOLHA 2 DOBRAS BRANCO. PACOTE COM 1000 TOALHAS, SEPARADAS EM 4 PACOTES PLÁSTICOS DE 250 FOLHAS CADA.	30,04
12	1	745	un	72949	LAVA ROUPAS SUPER CONCENTRADO EM PÓ, COM ALVEJANTES, PARA REMOÇÃO DE	9,35



					MANCHAS EM TECIDOS, COMPOSTO DE ALQUIBENZENO, SULFATO, TRIPOLIFOSFATO, SILICATO E CARBONATO DE CÁLCIO, SÓDIO, CARBOXILMETILCELULOSE SÓDICA, ELIMINADOR BACTERICIDA DE GERMES, FUNGOS E VÍRUS, COM PIGMENTO AZUL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4 KG.	
13	1	621	un	72950	SAPONÁCEO CREMOSO, REMOVE 100% DA SUJEIRA DIFÍCIL, FÓRMULA COM MICROPARTÍCULAS DE ORIGEM NATURAL QUE LIMPAM, SEM RISCAR EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250ML.	9,64
14	1	500	un	72951	CERA LÍQUIDA INCOLOR. EMBALAGEM DE 750 ML.	17,14
15	1	447	un	59973	LIMPA VIDRO, COM GATILHO, EMBALAGEM DE 500ML	9,79
16	1	384	un	72952	TRINCHA PARA HIGIENIZAÇÃO - TIPO DE MATERIAL DAS CERDAS: FILAMENTO SINTETICO FLORADO, DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO COM CABO: 21 CM, LARGURA: 18 CM, ALTURA: 7,5 CM.	16,75
17	1	43	un	68919	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS	193,43
18	1	114	un	72953	TAPETE ANTIDERRAPANTE, TAMANHO 60CMX40CM.	45,36
19	1	2.265	un	72954	ÁGUA SANITÁRIA GALÃO DE 5 LT.	15,40
20	1	2.292	gal	72955	DESINFETANTE BACTERICIDA, CONCENTRADO, GALÃO DE 5 LT, LAVANDA E PINHO.	19,40
21	1	721	un	72956	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE: USO PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO, CABO, BASE E SUPORTE DE POLIPROPILENO, CERDAS DE NYLON SINTÉTICO OU POLIPROPILENO COM COMPRIMENTO MÍNIMO (SALIENTE) DE 12 CM E ESPESSURA MÉDIA DE 0,60MM COM FIXAÇÃO FIRME E RESISTENTE AO CABO. CABO: ALTURA NO MÍNIMO 18 CM.	13,90
22	1	702	EMB	72957	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA, DUPLA FACE, MULTIUSO, EMBALAGEM COM 03 UNIDADES.	6,80
23	1	2.038	un	72958	LAVA LOUÇAS NEUTRO, LÍQUIDO, BIODEGRADÁVEL, REGISTRADO NA ANVISA, TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE. OBS: ESSAS INFORMAÇÕES DEVEM ESTAR CONTIDAS NO RÓTULO. EMBALAGEM PLÁSTICA 500 ML.	2,96
24	1	389	un	72959	PÁ EM POLIPROPILENO PARA RECOLHER LIXO COM CABO.	8,80
25	1	642	un	72960	FLANELA 100% ALGODÃO: PARA LIMPEZA, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. CORES: BRANCA OU LARANJA. COM BAINHA. MEDIDAS APROXIMADAS: ENTRE 28CM X 40 CM A 30 CM X 48 CM.	4,25
26	1	2.106	pct	72961	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MICRAS. RESISTENTE E DE	26,43



					ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 75 X 105 CM. CAPACIDADE DE 100 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	
27	1	4.175	pct	72962	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 59 X 62 CM. CAPACIDADE DE 30 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	35,25
28	1	2.225	pct	72963	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 63 X 80 CM. CAPACIDADE DE 50 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	26,46
29	1	778	pct	72964	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. COR: AZUL OU PRETA. ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MICRAS. RESISTENTE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS ABNT NBR 9191:2008. COM MEDIDAS MÍNIMA 59 X 62 CM. CAPACIDADE DE 15 LITROS. APRESENTAÇÃO: PACOTE/ROLO COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E KG), Nº DO LOTE E PROCEDÊNCIA.	62,72
30	1	115	rol	72965	PANO MULTIUSO (TIPO PERFEX), CONSTITUÍDO DE NA-TECIDO 100% VISCOSE E LÁTEX SINTÉTICO, COM AGENTE BACTERIOSTÁTICO; ROLO CONTENDO 30M, MEDINDO 60 CM DE COMPRIMENTO, PICOTADO A CADA 50 CM, GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M².	24,85



31	1	1.600	un	72966	ÁLCOOL 70% 1 LT.	13,00
32	1	320	gal	72967	AMACIANTE DE ROUPA 5 LT.	14,87
33	1	470	pcte	72968	SABAO BARRA C/ 5 UNIDADE - SABÃO EM PEDRA, GLICERINADO, NEUTRO, MULTIUSO, EM BARRA DE 200 G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO EM PACOTES COM 5 UND, COMPOSIÇÃO: SEBO BOVINO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, BRANQUEADOR ÓTICO, AGUA, CARGAS, SEQUESTRANTES E CORANTES.	15,99
34	1	731	gal	72969	SABONETE LÍQUIDO, EMBALAGEM 5 LT.	18,39
35	1	860	cx	72972	PASTILHA SANITARIA ADESIVA. CAIXA CONTENDO 03 UNIDADES, DURAÇÃO DE ATE 390 DESCARGAS, FRAGRÂNCIAS FLORAL, CITRUS OU LAVANDA.	8,66
36	1	273	un	72973	BALDE REFORÇADO 20 LITROS, ALÇA EM AÇO INOXIDÁVEL.	23,30
37	1	900	un	72974	BALDE DE LENÇOS UMEDECIDOS DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, COM ALOE VERA, SEM ÁLCOOL, BALDE COM NO MÍNIMO 400 UNIDADES.	24,80
38	1	263	un	72975	LIXEIRA PLASTICA EM POLIPROPILENO, TIPO CESTO. CAP 10 LT.	20,00
39	1	210	un	27441	CABO PARA VASSOURA	10,24
40	1	152	un	72636	REFIL PARA MOP FLAT	26,98
41	1	145	un	72635	MOP FLAT ESFREGAO RODO E BALDE MULTIUSO.	138,35
42	1	574	un	72621	PANO DE PRATO COM BAINHA 40CM X 70 CM, TRAMA REFORÇADA.	6,29
43	1	586	un	72976	VASSOURA DE NYLON COM PONTA DESFIADA TIPO NOVIÇA COM 25 CM DE COMPRIMENTO. CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO COM ALTURA: 1,30 M; LARGURA: 5,00 CM; COMPRIMENTO: 23CM.	19,30
44	1	195	un	72977	BALDE COM CENTRÍFUGA ACOPLADA (TIPO MOP) COM ESFREGÃO: BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM DOIS COMPARTIMENTOS E SISTEMA DE ROTAÇÃO (VÁLVULA DE DESÁGUE/CENTRÍFUGA) PARA REMOVER O EXCESSO DE AGUA DO ESFREGÃO, COM ALÇA PARA TRANSPORTE. BALDE COM CAPACIDADE MÍNIMA EM USO DE 08 LITROS E CAPACIDADE TOTAL DE NO MÍNIMO 15 L, CENTRÍFUGA DE METAL DE ALTA RESISTENCIA. O CABO DEVE SER ARTICULADO EM ATÉ 90° E AJUSTÁVEL TIPO TELESCÓPIO QUE ESTENDIDO DEVE ALCANÇAR NO MÍNIMO 120 CM. DEVE ACOMPANHAR NO MÍNIMO 02 REFIS ACOPLÁVEIS.	159,90
45	1	370	un	60010	REFIL PARA BRUXA, COMPOSIÇÃO: FIBRAS 100% ALGODÃO	29,63
46	1	100	pcte	72978	ABSORVENTE HIGIÊNICO ÍNTIMO: FEMININO, DESCARTÁVEL, DE USO EXTRNO, TAMANHO E ESPESSURA NORMAL, SEM ABAS, HIPOALERGÊNICO,	5,79



					FORMATO ANATÔMICO, COM ABSORÇÃO EFICIENTE E BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, CONSTITUÍDO POR CAMADA PROTETORA MACIA E IMPERMEÁVEL, COM LINHAS ADESIVAS. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: PAPEL, CELULOSE, POLIPROPILENO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, POLIETILENO, PACOTE COM NO MÍNIMO 08 (OITO) UNIDADES.	
47	1	100	EMB	72979	APARELHO DE BARBEAR: COM 02 (DUAS) LÂMINAS PARALELAS, EM AÇO INOXIDÁVEL; CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE; COM FITA LUBRIFICANTE; EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	7,43
48	1	10	un	72980	CABO EXTENSOR TELESCÓPIO, MÍNIMO 1,6 M E MÁXIMO 3 M - PARA RODOS, VASSOURAS, PINTURA, MULTIFUNÇÕES.	59,13
49	1	200	un	72981	CONDICIONADOR COM ÓLEO DE ARGAN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 325 ML.	16,07
50	1	100	un	72982	CREME DE PENTEAR, ANTIFRIZZ, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML.	13,80
51	1	100	un	72983	CREME DENTAL: CONTER APENAS OS COMPOSTOS DE FLÚOR NA FORMULAÇÃO ACEITOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INDICAR NO RÓTULO A CONCENTRAÇÃO EM PPM DE FLÚOR, O RESPONSÁVEL TÉCNICO E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: TUBO DE PLÁSTICO FLEXÍVEL COM NO MÍNIMO 70 (SETENTA) GRAMAS, DEVERÁ CONTER O PRAZO DE VALIDADE.	8,65
52	1	150	un	72984	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE FEMININO AEROSOL, COM NO MÍNIMO 72H DE PROTEÇÃO, SEM ÁLCOOL, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, FRASCO COM NO MÍNIMO 150ML/90G.	12,65
53	1	150	un	72985	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE MASCULINO AEROSOL, COM NO MÍNIMO 72H DE PROTEÇÃO, SEM ÁLCOOL, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, FRASCO COM NO MÍNIMO 150ML/90G.	12,65
54	1	70	pcte	72986	ESPONJA DE AÇO COM 08 UNIDADES, PESO MÍNIMO DO PACOTE DE 60 G, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	5,18
55	1	500	pcte	72987	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM G (PACOTE COM NO MÍNIMO 44 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS	74,94



					TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA - COM INDICADOR DE UMIDADE - COM ALOE VERA.	
56	1	500	pcte	72988	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM M; (EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES). TEXTURA SUAVE QUE EVITA A IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA, CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA - COM INDICADOR DE UMIDADE - COM ALOE VERA.	74,94
57	1	500	pcte	72989	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM P (PACOTE COM NO MÍNIMO 62 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	82,94
58	1	2.000	pcte	72990	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XG (PACOTE COM NO MÍNIMO 42 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	74,94
59	1	2.000	pcte	72991	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XXG (PACOTE COM NO MÍNIMO 36 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA.	43,36
60	1	50	un	72992	HASTES FLEXÍVEIS: COM PONTAS DE ALGODÃO. ANTIGERME. EMBALAGEM COM 150 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	4,39
61	1	50	un	72993	INSETICIDA AEROSOL - INSETICIDA COM PROTEÇÃO CONTÍNUA DE 12 HORAS CONTRA MOSCAS, MOSQUITOS E BARATAS, COM TRAVA DE SEGURANÇA ESPECIAL PARA CRIANÇAS, USO DE AGUA COMO SOLVENTE, COM FRASCO EM AÇO RECICLÁVEL/ECOLÓGICO CONTENDO NOME DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE POR NO MÍNIMO DE 02 ANOS E QUE NÃO CONTENHA CLOROFLUORCARBONO. EMBALAGEM 380 ML.	19,49
62	1	200	gal	72994	LAVA ROUPAS LÍQUIDO CONCENTRADO, GALAO DE 7 L.	19,04



63	1	30	un	72995	LIXEIRA 20L TUBULAR COM PEDAL E TAMPA: COLETOR DE LIXO COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 20L COM PEDAL E TAMPA, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO ELETRO GALVANIZADO COM TAMPA E PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, PARA RESÍDUO COMUM.	186,02
64	1	30	un	72996	LIXEIRA 40L TUBULAR COM PEDAL E TAMPA: COLETOR DE LIXO COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 40L COM PEDAL E TAMPA, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO ELETRO GALVANIZADO COM TAMPA E PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, PARA RESÍDUO COMUM.	302,70
65	1	10	un	72997	MANGUEIRA DE JARDIM ANTITORÇÃO COM PAREDE REFORÇADA E ESGUICHO E UNIÃO ADAPTADOR DE TORNEIRAS ACOPLADOS (MANGUEIRA LARANJA 50 METROS).	159,40
66	1	150	un	72998	MOP MULTIUSO, TIRAS AMARELAS COM CABO, PRODUZIDO COM 70% VISCOSE E 30% POLIESTER, NÃO SOLTA FIAPOS.	59,67
67	1	100	un	72999	NAFTALINA, REPELENTE PARA TRAÇAS E BARATAS, EMBALAGEM: PACOTE COM NO MÍNIMO 30 GR.	4,58
68	1	100	un	73000	PANO DE PRATO ATOALHADO, FELPUDO, ESTAMPAS DIVERSAS, 100% ALGODÃO, MEDIDAS MÍNIMAS 65CM X 40CM.	6,08
69	1	50	pcte	73001	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA PACOTE COM 12 UNIDADE.	5,98
70	1	50	pcte	73003	PRENDEDOR DE ROUPA TRADICIONAL: CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COM MOLA INTERNA DE METAL. EMBALAGEM: PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.	3,63
71	1	50	un	73004	SABONETE CREMOSO PARA HIGIENIZAÇÃO DE MÃO PERFUMADO: FRAGRÂNCIA: ERVA DOCE, SABONETE LÍQUIDO VISCOSO, PEROLADO, HIDRATANTE, COM EMOLIENTES E UMECTANTES, TIPO PEROLADO E COM AÇÃO ANTISÉPTICA, PH NEUTRO (ENTRE 6,0 E 6,5), PERFUME SUAVE E PRONTO USO. REGISTRO NO MS OU EM OUTRO ÓRGÃO COMPETENTE E FICHA DE SEGURANÇA/TECNICA, LAUDO MICROBIOLÓGICO. DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. EMBALAGEM CONTENDO 01 LITRO.	27,49
72	1	500	un	73005	SABONETE EM BARRA, SUAVE, AROMAS VARIADOS, COM REGISTRO NA ANVISA, ASPECTO FÍSICO SÓLIDO, PARA HIGIENIZAÇÃO. EMBALAGEM MÍNIMA DE 90G.	3,85
73	1	200	un	73006	SHAMPOO COM ÓLEO DE ARGAN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 325ML - USO ADULTO.	17,79
74	1	100	un	73007	TALCO ANTISSÉPTICO PARA OS PÉS, CANFORADO, EMBALAGEM COM 100GR. COMPOSIÇÃO: AMIDO DE MANDIOCA, ESTEARATO DE ZINCO, CARBONATO DE	15,96



					MAGNÉSIO, ÁCIDO BÓRICO, FENOLSULFONATO DE ZINCO, AEROSOL, ÁCIDO BENZÓICO, ÁCIDO SASILICÍLICO, ÁCIDO UNDECILÊNICO E FRAGRÂNCIA.	
75	1	50	un	73008	TOALHA DE BANHO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA. TAMANHO MÍNIMO DE 70CM X 140 CM.	52,90
76	1	80	un	73009	TOALHA DE ROSTO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE ENTRE 301G/M2, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, MEDINDO NO MÍNIMO 40X70CM. CORES DIVERSAS.	16,91
77	1	100	pcte	73010	TOUCA SANFONADA TNT, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	14,56
78	1	104	un	73011	VASSOURA DE PELO SINTÉTICO, BASE DE MADEIRA ENVERNIZADA MEDINDO 40CM X 4,5 CM, MÍNIMO DE 4 FILEIRAS DE PELOS SINTÉTICOS E CABO DE MADEIRA MEDINDO 130 CM DE COMPRIMENTO.	21,38
79	1	200	un	3341	LUSTRA MOVEIS - EMBALAGEM C/ 200 ML.	8,69
80	1	100	gal	73012	CLORO EM GEL - GALÃO DE 5 L.	38,39
81	1	54	un	73013	REFIL PARA BRUXA, MATERIAL SOFT.	12,93
82	1	595	un	73014	PANO MULTIUSO 50CMX30CM - 5UN.	10,24
83	1	500	pcte	78509	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM XXXG (PACOTE COM NO MÍNIMO 36 UND). TEXTURA SUAVE QUE EVITA IRRITAÇÃO E ASSADURAS NA PELE DA CRIANÇA. CAMADA DE GEL SUPER ABSORVENTE QUE IMPEDEM VAZAMENTOS E DEIXAM SEU BEBÊ SEQUINHO POR MUITO MAIS TEMPO - FITAS GRUDA E DESGRUDA COM INDICADOR DE UMIDADE COM ALOE VERA	40,82
84	1	500	UN	78510	LIMPADOR PERFUMADO CONCENTRADO DE AMBIENTES, AROMAS DIVERSOS (FLOR DE FIGO, AMEIXA DOURADA, CHÁ BRANCO), CONTEÚDO MÍNIMO DE 120ML.	9,96
85	1	300	UN	78511	ESFREGÃO DE AÇO, IDEAL PARA LIMPEZA PESADA, COM NO MÍNIMO 10G.	2,75
86	1	200	UN	78512	ESCOVA DE DENTE, EXTRA MACIA, CORES DIVERSAS, MATERIAL DAS CERDAS EM NYLON E DO CABO EM PLÁSTICO.	6,10
87	1	10	UN	78513	ESCADA DE ALUMINIO DE USO DOMESTICO COM 3 DEGRAUS SUPORTA ATÉ 120 KG	112,85

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP), sendo essencial para garantir a salubridade, higienização e conservação das dependências físicas dos órgãos municipais. A adoção do Registro de Preços justifica-se pela necessidade de abastecimento contínuo com demanda variável, evitando estocagem excessiva ou perda de validade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no fornecimento parcelado de materiais de higiene e limpeza, conforme as solicitações (notas de empenho) de cada secretaria. Os produtos devem ser de boa qualidade, em embalagens originais e atender às exigências da ANVISA.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, conforme artigos 6º, XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

O licitante vencedor deverá entregar os itens, mediante empenho prévio, **no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da remessa do empenho da despesa**, no Almoxarifado Municipal localizado na Rua General Câmara – nº 1690, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização e recebimento.

Caso a empresa contratada não se apresente na data determinada para a entrega e não apresente a devida justificativa, será aplicada, conforme o caso, as sanções previstas em lei.

Para o fornecimento pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos descritos nos art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021, à título de habilitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a necessidade das diversas secretarias do Município de Canguçu.

O fornecimento será formalizado mediante a remessa da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, encaminhada por meio eletrônico (e-mail) indicado pela Contratada no ato da licitação.

A Contratada deverá entregar os itens no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, no Almoxarifado Municipal, conforme item 4.

Os materiais deverão ser entregues em suas **embalagens originais de fábrica**, devidamente lacradas e com rotulagem que atenda às normas da ANVISA e órgãos reguladores competentes.

No ato da entrega, os produtos devem apresentar prazo de validade remanescente compatível com o uso, não inferior a 12 (doze) meses, sob pena de recusa.

Os padrões de desempenho e qualidade devem seguir as especificações usuais de mercado para bens comuns.

Caso os materiais apresentem vícios, defeitos ou não correspondam às especificações exigidas, a Contratada deverá providenciar a sua substituição no prazo máximo de 5 dias, sem ônus para o Município.

A recusa injustificada na entrega ou a não apresentação de justificativa aceitável sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na legislação vigente e no edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme disposto no Decreto Municipal nº 10.079/2025, que institui o Manual de boas práticas na fiscalização de contratos no âmbito do Município de Canguçu/RS.

Ademais, a fiscalização desta contratação ocorrerá conforme Portaria 046/2025.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O Pagamento à empresa contratada só será realizado após o recebimento definitivo dos itens, que deverão estar em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência e em perfeitas condições de uso.

O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, após a entrega dos itens, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ da empresa, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento.

A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

A autorização de pagamento será feita pela autoridade competente, após este receber do servidor responsável a nota fiscal com o termo de atesto.

A subcontratação não será admitida.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório através de pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 2.056.373,38, conforme mencionado no estudo técnico preliminar elaborado anteriormente ao presente termo, devidamente compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 9.362/2023, que “Institui normas para o procedimento administrativo destinado à realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Canguçu/RS.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

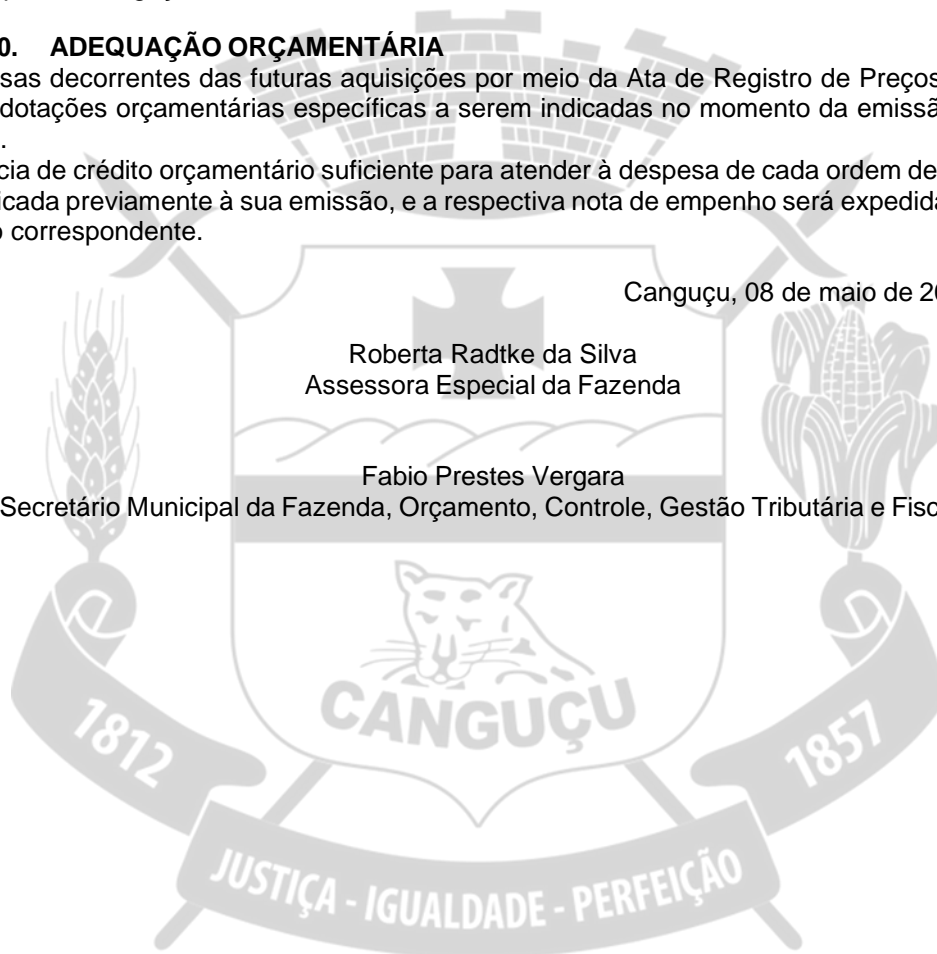
As despesas decorrentes das futuras aquisições por meio da Ata de Registro de Preços correrão por conta de dotações orçamentárias específicas a serem indicadas no momento da emissão da Nota de Empenho.

A existência de crédito orçamentário suficiente para atender à despesa de cada ordem de fornecimento será verificada previamente à sua emissão, e a respectiva nota de empenho será expedida no exercício financeiro correspondente.

Canguçu, 08 de maio de 2026.

Roberta Radtke da Silva
Assessora Especial da Fazenda

Fabio Prestes Vergara
Secretário Municipal da Fazenda, Orçamento, Controle, Gestão Tributária e Fiscal.





ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xxxx/2026
PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:
CNPJ:
I.E. (se houver):
Endereço:
Bairro:
Cidade:
UF:
Telefone: ()
E-mail:
Responsável pela empresa:
Cargo do responsável:

À Prefeitura Municipal de Canguçu, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº XX/2026, conforme planilha abaixo:

Lote	Item	Descrição	UM	Quant	Marca	Valor unitário	Valor total

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.
A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Cidade, Dia do Mês do Ano de 2026.

Assinatura do representante legal:
Nome do representante legal:
Cargo/função do representante legal:

OBS. Preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Canguçu - RS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº....., cuja função/cargo é.....sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

.....,de 2026



ANEXO IV

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI
123/2006.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____, do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXX RS, _____ de _____ de 2026.

.....
Assinatura do CONTADOR – CRC

OBS. Preferencialmente solicitamos que os documentos sejam assinados digitalmente



ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(OBS: inserir como anexo à ata de registro de preços o termo de referência)

Aos xx dias do mês de xxxxxxxxxx do ano de 2026, compareceram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU, ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Sob n.º 88.861.430/0001-49, com sede à Rua Júlio de Castilhos, 941, Centro, nesta cidade de Canguçu-RS, neste ato representada por seu Prefeito Sr ARION LUIZ BORGES BRAGA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Canguçu - RS, no final assinado, doravante denominado **PROMITENTE CONTRATANTE** e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **PROMITENTE CONTRATADA**, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 23/2026**, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com as especificações constantes no Edital homologado em _____ onde a empresa _____, estabelecida à _____, na cidade de _____, inscrito no CNPJ sob o nº. _____, neste ato representada por seu representante legal, _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza e afins para uso nas diversas secretarias do Município de Canguçu, solicitados de acordo com a necessidade do município.

Lote	Item	Qtde	UM	Cód.	Descrição	Valor unitário

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e as quantidades registradas poderão ser renovadas, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, conforme Decreto Municipal nº 10.236/2025.

2.2 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

2.3 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

2.4 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

2.5 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 23/2026** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DOS MATERIAIS

A Promitente Contratada deverá entregar os materiais contratados conforme solicitação da promitente contratante, nos termos prescritos no Termo de Referência (ANEXO I), obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

3.1 O fornecimento será formalizado mediante a remessa da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, encaminhada por meio eletrônico (e-mail) indicado pela Contratada no ato da licitação.

3.2 A Contratada deverá entregar os itens no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, no Almoxarifado Municipal, localizado na Rua General Câmara – nº 1690, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes, independentemente da quantidade solicitada por compra/empenho.

3.3 Os materiais deverão ser entregues em suas **embalagens originais de fábrica**, devidamente



lacradas e com rotulagem que atenda às normas da ANVISA e órgãos reguladores competentes.

3.4 No ato da entrega, os produtos devem apresentar prazo de validade remanescente compatível com o uso, não inferior a 12 (doze) meses, sob pena de recusa.

3.5 O fornecedor está sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não os receber, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, considerando-se como condição essencial para a efetivação dos pagamentos o completo e perfeito fornecimento do produto, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante do referido pregão, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento.

4.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

4.3 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Canguçu em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.4 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.

4.5 Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

4.6 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.7 Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho.

4.8 Nenhum pagamento será efetuado à Promitente Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

4.9 No caso de controvérsia sobre a execução/entrega do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.10 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto.

4.11 No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

4.12 A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de bens necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa Promitente Contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

4.13 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais



vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de bens;

4.14 O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

4.15 Demais questões com relação ao pagamento encontram-se no Termo de Referência – Anexo I.

4.16 Fica o município autorizado a requerer todo e qualquer documento que ele julgue necessário para que a Promitente Contratada comprove plena regularidade fiscal.

4.17 O preço alterado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

4.18 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES:

SÃO OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATADA

Constituem obrigações da PROMITENTE CONTRATADA, além de outras previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos:

5.1 Entregar os itens de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avançadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e anexos;

5.2 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.3 Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

DAS OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE CONTRATANTE

Constituem obrigações da promitente contratante, além de outras previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos:

5.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s).

5.5 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.6 Ter a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.

5.7 As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências.

5.8 Verificar e fiscalizar as condições técnicas da promitente contratada, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.

5.9 Comunicar à promitente contratada as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da promitente contratada;

5.10 Efetuar o pagamento à promitente contratada no valor e prazos estabelecidos no edital e demais anexos.

5.11 A comunicação entre promitente contratada e promitente contratante se dará via protocolo na plataforma 1DOC, no seguinte endereço eletrônico: <https://cangucu.1doc.com.br/>.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pelo envio da Nota de Empenho à detentora.

6.2 A Promitente Contratada do Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3 Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 A Promitente Contratada, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à PROMITENTE CONTRATADA:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 7.1. As sanções previstas nos itens a, c, e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
- j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

8.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

8.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

8.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.5 Na hipótese de a PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

8.6 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

8.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2 O descumprimento, por parte da PROMITENTE CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Canguçu o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.



9.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da a PROMITENTE CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

9.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório ea ampla defesa.

9.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

9.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Canguçu poderá aplicar à PROMITENTE CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

9.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

9.8.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

9.8.2 a pedido do fornecedor;

9.8.3 descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.8.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.8.5 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.8.6 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2 - As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 23/2026** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Será designado como gestor e/ou fiscal da Ata de Registro de Preço servidor responsável conforme Portaria n° 46/2025.

13.1.1 O gestor da Ata de registro de preço coordenará a entrega dos materiais, a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da avença contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da autorização de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.1.2 Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Promitente Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.1.3 O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.1.4 O gestor da ata também acompanhará o prazo de vigência da ata, de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.1.5 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

13.1.6 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

13.2 Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da ata de Registro de Preços o servidor designado conforme Portaria Municipal n° 46/2025, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

13.2.1 Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos materiais e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

13.2.2 Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

13.2.3 Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

13.2.4 Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

13.2.5 Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente;

13.2.6 Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

13.2.7 Emitir e controlar, periodicamente, as autorizações de compra necessárias para a execução do objeto contratado;

13.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.5 À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados.

13.6 Ao preposto da Promitente Contratada competirá, entre outras atribuições:

13.6.1 Representar os interesses desta perante a Administração;

13.6.2 Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;



- 13.6.3 Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos bens fornecidos;
13.6.3 Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

Canguçu,... de de 2026.

ARION LUIZ BORGES BRAGA
PREFEITO DE CANGUÇU

PROMITENTE CONTRATADA

